

2^o CICS

CONGRESSO
INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

Educação e Pesquisa como
caminho para pacificação global

TRABALHOS
PREMIADOS
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO





TRABALHOS PREMIADOS 2025





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS - NPA

Supervisão Editorial: Ana Kelma Cunha Gallas
Diagramação: Edson Rodrigues Cavalcante
Design Gráfico e artes: Ana Kelma Cunha Gallas
Capa: Odrânio Rocha
TI OMP Books: Eliezyo Silva



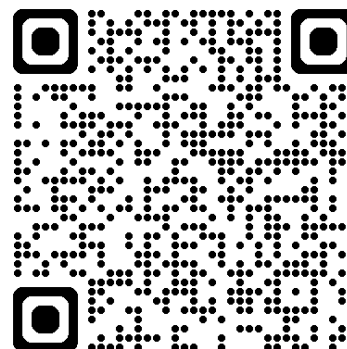
LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA
Contato: editora@lestu.org
Site: www.lestu.com.br
Livraria: www.lestu.org

Este título possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives* 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2025 UNIFSA/LESTU

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, realizado pelo Centro Universitário Santo Agostinho de 4 a 8 de novembro de 2025, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T279 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; LIRA E SILVA, Antonieta; OLIVEIRA, Edjôfre Coelho de; SILVA, Indira Maria de Melo Lira Pereira da (ORGs.).

Trabalhos premiados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade: Educação e Pesquisa como caminho para a pacificação global. Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA); Editora Lestu, 2025.

432 p. *online*.

ISBN: 978-65-85729-14-7

DOI: doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-14-7

Disponível em: <https://lestu.org/books/>

1. Congresso Internacional Ciência e Sociedade. 2. Pesquisa. 3. Inovação. 4. Sustentabilidade. 5. Ciência e Sociedade. I. Autores. IV. Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2. : 2025 : Teresina, PI).

CDD: 370



INVISIBILIDADE JURÍDICA DOS DIREITOS REPRODUTIVOS E PARENTAIS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA¹

***LEGAL INVISIBILITY OF REPRODUCTIVE AND PARENTAL RIGHTS OF TRANVESTITES AND
TRANSEXUALS IN BRAZIL: A LITERATURE REVIEW***

Cristiano do Nascimento Castro – UNIFSA²
Alany Maria da Silva Alencar Pereira – UNIFSA³
Ana Kelma Cunha Gallas – UNIFSA⁴

¹ Trabalho apresentado no GT 10 GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA SOCIAL do 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2º CICS 2025), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 08 de novembro de 2025, em Teresina-PI.

² Graduando de Psicologia através do Centro Universitário Santo Agostinho.

³ Graduanda de Psicologia através do Centro Universitário Santo Agostinho.

⁴ Doutora em Políticas Públicas (UFPI); Mestra em Antropologia e Arqueologia (UFPI); Professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA).

RESUMO

A parentalidade de travestis e pessoas transexuais ainda enfrenta fortes barreiras jurídicas e institucionais no Brasil, revelando a persistência de um paradigma cisheteronormativo que restringe direitos sexuais e reprodutivos. Esta revisão sistemática de literatura, norteadada pelo protocolo PRISMA 2020 e pelas estratégias PICO e SPIDER, analisou 26 estudos publicados entre 2014 e 2024, nas bases SciELO e Google Acadêmico, com o objetivo de compreender como normas e práticas institucionais produzem exclusão e impacto sobre a saúde mental da população trans. A análise identificou cinco eixos principais: (1) epistemicídio e silenciamento epistêmico, que negam legitimidade às experiências trans; (2) contradições entre avanços legais e práticas institucionais excludentes; (3) resistência do paradigma biomédico patologizante; (4) parentalidade como ato político e de afirmação identitária; e (5) lacunas formativas em saúde e direito. Conclui-se que a parentalidade trans é atravessada por barreiras legais e institucionais que reforçam a exclusão social e o sofrimento psíquico, se tornando subalternizada. O estudo destaca a urgência de políticas públicas inclusivas, da formação profissional não patologizante e do reconhecimento da parentalidade trans como dimensão essencial da dignidade humana.

Palavras-Chave: Parentalidade Trans. Direitos Reprodutivos. Invisibilidade Institucional. Psicologia.

ABSTRACT

Parenting for transvestites and transgender people still faces significant legal and institutional barriers in Brazil, revealing the persistence of a cisheteronormative paradigm that restricts sexual and reproductive rights. This research, based on a qualitative systematic review guided by the PRISMA 2020 protocol and the SPIDER strategy, analyzed 26 studies published between 2014 and 2024 in the SciELO and Google Scholar databases. The aim was to understand how institutional norms and practices produce exclusion and impact the mental health of the trans population. The analysis identified five main axes: (1) epistemicide and epistemic silencing, which deny legitimacy to trans experiences; (2) contradictions between legal advances and exclusionary institutional practices; (3) resistance to the pathologizing biomedical paradigm; (4) parenting as a political act and an act of identity affirmation; and (5) educational gaps in health and law. The study concludes that trans parenting is plagued by legal and institutional barriers that reinforce social exclusion and psychological distress, rendering it subordinate. The study highlights the urgency of inclusive public policies, non-pathologizing professional training, and the recognition of trans parenthood as an essential dimension of human dignity.

Keywords: Trans Parenting. Reproductive Rights. Institutional Invisibility. Psychology.

INTRODUÇÃO

A parentalidade de pessoas trans e travestis desafia normas tradicionais de gênero, filiação e reprodução que ainda estruturam as instituições jurídicas, biomédicas e sociais no Brasil. Embora os direitos sexuais e reprodutivos tenham avançado nas últimas décadas, ampliando a visibilidade de novas configurações familiares, a experiência da maternidade e da paternidade trans permanece marcada por invisibilidades normativas e institucionais no país. Pesquisas recentes indicam a existência de entraves institucionais e culturais que favorecem a exclusão da população trans do acesso integral aos seus direitos reprodutivos, especialmente no que se refere à sua inclusão nas políticas públicas de saúde, assistência social e proteção jurídica. Essa exclusão é acompanhada por um silenciamento sistemático sobre suas vivências parentais, gerando impactos significativos no bem-estar subjetivo, na saúde mental e na cidadania plena dessas pessoas (Angonese, 2018; Siqueira; Nunes, 2018).

Neste cenário, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar por meio de revisão sistemática da literatura científica, com o objetivo de analisar a invisibilidade jurídica e institucional dos direitos à parentalidade de transexuais e travestis no Brasil, identificando como normas, práticas e arranjos institucionais produzem e sustentam formas de exclusão no campo dos direitos reprodutivos. A pergunta norteadora da pesquisa foi formulada a partir das estratégias PICO e SPIDER, voltadas para investigações qualitativas. No modelo PICO, os elementos foram definidos da seguinte forma:

Tabela 1 – Descrição do uso da Estratégia PICO na construção da pergunta

P (População)	<i>Pessoas transexuais e travestis, residentes no Brasil, em processo de parentalidade ou que expressem desejo de exercer a maternidade ou paternidade.</i>
I (Intervenção)	<i>Invisibilidade jurídica e institucional dos direitos reprodutivos e parentais; repressões normativas; práticas de exclusão e preconceito estruturais.</i>
C (Contexto)	<i>Legislação brasileira, políticas públicas, Sistema Único de Saúde, práticas jurídicas, psicológicas e institucionais voltadas à parentalidade.</i>
O (Desfecho)	<i>Inclusão ou exclusão nos serviços; impactos sobre a saúde mental; reconhecimento jurídico da parentalidade; implicações sociais da (in)visibilidade.</i>
S (Tipo de estudo)	<i>Revisões de literatura, estudos empíricos qualitativos e quantitativos, pesquisas em psicologia, direito e ciências sociais, além de ensaios teóricos.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores.

De forma adicional, também foi utilizada a estratégia SPIDER para ampliar a sensibilidade metodológica da investigação, especialmente voltada para estudos qualitativos e mistos, conforme descrito a seguir:

Tabela 2 – Descrição do uso da Estratégia SPIDER na construção da pergunta

S (Sample)	<i>Travestis e pessoas trans com vivência ou desejo de parentalidade.</i>
PI (Fenômeno de Interesse)	<i>Parentalidade, maternidade, paternidade, direitos reprodutivos, reconhecimento jurídico.</i>
D (Design)	<i>Estudos de caso, etnografias, entrevistas narrativas, pesquisa-ação.</i>
E (Avaliação)	<i>Sentidos atribuídos à parentalidade trans, barreiras enfrentadas, políticas e práticas inclusivas ou excludentes.</i>
R (Tipo de pesquisa)	<i>Qualitativo, misto ou ensaios teóricos interpretativos.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dessas formulações, a questão norteadora delineada para este estudo é: Como a invisibilidade jurídica e institucional dos direitos à parentalidade de travestis e transexuais se relaciona com as práticas de exclusão sociopolítica dessa população no Brasil?

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal examinar os processos que produzem a invisibilidade jurídica e institucional dos direitos à parentalidade de travestis e transexuais no Brasil. E, de forma adicional, examina-se criticamente a produção científica nacional e internacional dos últimos dez anos (2014–2024) acerca da invisibilidade e da exclusão jurídico-institucional que incidem sobre os direitos reprodutivos de travestis e transexuais no contexto brasileiro.

Nesse sentido, enfocam-se as políticas, decisões normativas e práticas institucionais que restringem ou dificultam o acesso a tais direitos. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende verificar se, em decorrência das políticas inclusivas, especialmente em processos de judicialização, ocorreu, na prática, a diminuição da exclusão sociopolítica vivenciada pelas pessoas trans em relação aos seus direitos reprodutivos e parentais no Brasil.

Ademais, a pesquisa também irá verificar os possíveis impactos dessa exclusão jurídica e institucional sobre a saúde mental dessa população de pessoas trans e travestis no país. Busca-se compreender de que forma o apagamento institucional e normativo afeta as subjetividades dessas pessoas, contribuindo para o sofrimento psíquico e a reprodução de violências estruturais.

Esta revisão se justifica pela escassez de estudos interdisciplinares que articulem, de maneira integrada, os aspectos jurídicos, psicológicos e sociais da parentalidade trans. Ao reunir e analisar os principais achados sobre o tema, pretende-se fornecer subsídios teóricos e empíricos para a formulação de políticas públicas inclusivas, bem como ampliar o debate acadêmico e institucional sobre os direitos reprodutivos da população trans no Brasil. Trata-se, portanto, de uma iniciativa voltada não apenas ao preenchimento de uma lacuna científica, mas também ao enfrentamento da transfobia estrutural e epistemológica que ainda atravessa os campos da saúde, do direito e da psicologia.

METODOLOGIA

O seguinte trata-se de uma revisão sistemática qualitativa guiada pelas diretrizes PRISMA 2020 e apoiada na estratégia SPIDER para localizar pesquisas qualitativas e mistas. O foco recai sobre os impactos psíquicos produzidos pela invisibilidade jurídica e institucional dos direitos à parentalidade de travestis e transexuais no Brasil.

As buscas foram realizadas na base SciELO e, de forma exploratória, no *Google Scholar* (Google Acadêmico). Para cada base construiu-se uma *string* booleana que combinou três grupos temáticos de descritores (DeCS/MeSH e termos livres) relacionados à identidade de gênero, aos direitos reprodutivos e ao contexto institucional, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Grupos de Descritores e Operadores Booleanos

Grupos de Descritores	
Grupo 1 – Identidade de gênero (S - Sample P - População)	Grupo 2 – Fenômeno de Interesse (PI - Phenomenon of Interest I - Intervenção) motherhood
("transexual" OR "transgênero" OR "travesti" OR "trans women" OR "trans men") AND ("direitos sexuais" OR "direitos reprodutivos" OR "parentalidade" OR "maternidade" OR "paternidade").	
Grupo 3 – Contexto Institucional (E - Evaluation O - Desfecho)	
("invisibilidade jurídica" OR "invisibilidade institucional" OR "políticas públicas" OR "barreiras legais" OR "dilema ético" OR "discriminação")	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme observa-se, as expressões de cada grupo foram posteriormente articuladas com os operadores AND/OR/NOT para formar a *string* principal utilizada em todas as plataformas. Ajustes de sintaxe específicos (ex.: truncamentos, aspas, colunas de campo) foram feitos conforme as exigências de cada base.

O recorte temporal da pesquisa foi realizado entre 2014 e 2024, a fim de captar mudanças normativas iniciadas com o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero (Senado Federal, 2018) e as discussões postuladas anteriormente e posteriormente aos projetos de lei realizados nesse período. As buscas foram realizadas em três idiomas: português, inglês e espanhol, sobretudo para verificar diferentes perspectivas teóricas e empíricas relacionadas ao tema.

Os tipos de documentos incluídos foram artigos completos revisados por pares, estudos empíricos e qualitativos, além de estudos de caso.

Nesse sentido, a fim de garantir a coerência e a pertinência temática dos estudos recuperados pelas *strings* de busca¹, foram definidos os seguintes critérios de inclusão (CI), aplicados durante a leitura dos metadados (título, resumo, palavras-chave) e, posteriormente, do texto completo das publicações:

CI-1: O registro refere-se a um artigo científico publicado em periódico com revisão por pares (foram excluídos: relatórios técnicos, editoriais, atas de congresso, anais, resenhas e documentos institucionais, e por razões da metodologia utilizadas, também não foram incluídos nesse estudo, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, além de revisões sistemáticas e integrativas sobre o tema).

CI-2: O trabalho é um estudo empírico, teórico-analítico ou qualitativos com foco explícito na maternidade, paternidade, parentalidade ou direitos reprodutivos de pessoas trans/travestis (não foram incluídos estudos puramente quantitativos e estudos exclusivamente biomédicos ou cirúrgico-clínicos sem interface jurídica ou psicossocial).

CI-3: O texto está disponível em acesso aberto ou institucional na web, sendo possível sua leitura integral.

CI-4: O trabalho foi publicado em português, inglês ou espanhol, conforme os filtros

¹ *String* – Fio, corda ou sequência (do inglês String) de busca são estratégias de alinhamento de termos específicos de busca sobre um determinado tópico em determinadas bases de dados. Nem toda base de dados aceita os mesmos termos de pesquisa, logo strings são construídas por diferentes termos e combinações, variações, sinônimos, siglas e correlatos dos termos de busca originais da pesquisa que está sendo realizada (Napoleão, 2019).

linguísticos estabelecidos no protocolo.

CI-5: O estudo é diretamente relacionado à temática da maternidade/paternidade trans, parentalidades LGBTQIA+, discussão de barreiras, invisibilidade ou reconhecimento jurídico e/ou impactos psíquicos, além de políticas públicas de reconhecimento jurídico da filiação. Foram excluídos estudos cujo foco era exclusivamente cisnormativo ou centrado em modelos tradicionais de família.

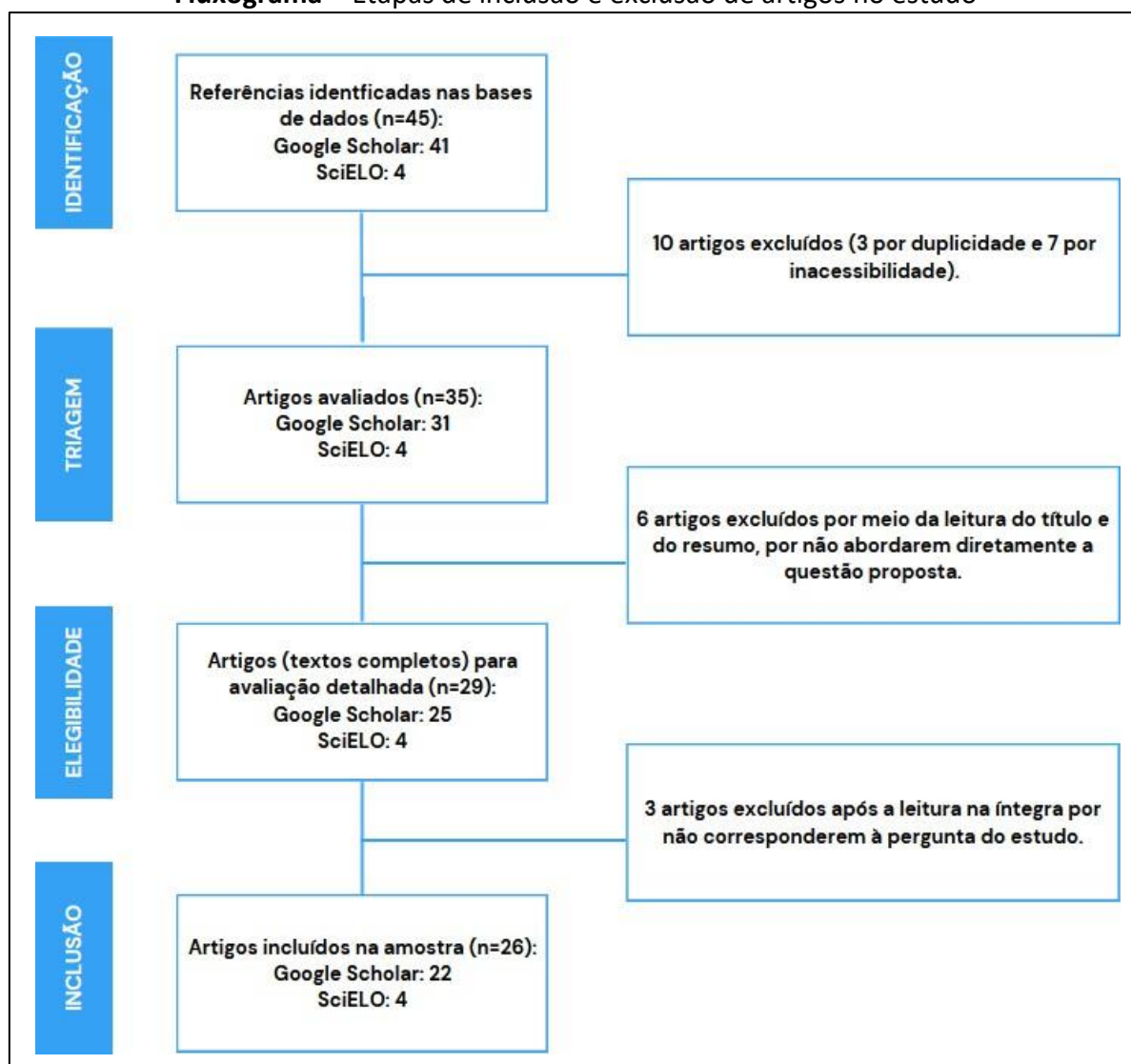
CI-6: O trabalho aborda explicitamente interações institucionais com pessoas trans gestantes ou mães em contextos jurídicos ou de serviços sociais.

CI-7: O estudo apresenta algum nível de análise sobre inclusão/exclusão, invisibilidade ou reconhecimento das parentalidades trans, ainda que por comparação indireta (ex: análises interseccionais ou políticas).

Na etapa de identificação, foram empregadas combinações de descritores estruturadas com operadores booleanos, baseadas nos acrônimos PICOS e SPIDER, considerando as especificidades das pesquisas qualitativas e interdisciplinares. O total de registros inicialmente identificados foi de 13.900, reduzidos a 45 após a triagem e distribuídos da seguinte forma: *Google Scholar* (n=41) e SciELO (n=4). Desses, 10 foram excluídos por duplicidade (n=3) ou por indisponibilidade de acesso ao texto completo (n=7).

Prosseguindo para a triagem, os 35 artigos restantes foram submetidos à leitura de títulos e resumos, com o objetivo de verificar a aderência temática em relação à questão norteadora da pesquisa. Nessa fase, foram excluídos 6 estudos, por não abordarem diretamente a questão proposta, mesmo que tangenciassem temas afins como diversidade sexual, transexualidade ou políticas de saúde.

A etapa seguinte, de avaliação da elegibilidade, consistiu na leitura integral de 29 artigos selecionados, considerando os critérios previamente estabelecidos no protocolo de inclusão e exclusão. Três artigos foram excluídos nessa fase, por não apresentarem alinhamento conceitual suficiente com os objetivos do estudo, apesar de inicialmente promissores. Ao final, o processo culminou na inclusão de 26 artigos científicos que compõem o corpus da revisão sistemática. Estes estudos fornecem suporte teórico robusto para a análise das experiências de parentalidade vivenciadas por trans e travestis, bem como os desafios de acesso à saúde integral e aos direitos reprodutivos no contexto institucional contemporâneo.

Fluxograma – Etapas de inclusão e exclusão de artigos no estudo

Fonte: elaborado pelos autores.

Os critérios de inclusão foram aplicados em múltiplas etapas, conforme recomenda o protocolo PRISMA 2020. Inicialmente, os filtros foram aplicados nas buscas automatizadas, seguidos por leitura de título, resumo e palavras-chave, e, na fase final, pela leitura integral dos textos elegíveis. A extração de dados dos estudos selecionados foi conduzida por meio da leitura integral dos artigos incluídos no corpus final da revisão. Para isso, foi elaborado um formulário de extração padronizado, contendo campos para registro das seguintes informações:

- 1) Informações bibliográficas: título, autor(es), ano de publicação, periódico, país de origem.
- 2) Características do estudo: abordagem metodológica, recorte temporal, tipo de

população investigada, contexto institucional analisado.

- 3) Conteúdo substantivo: presença de categorias analíticas relacionadas a parentalidade trans, experiências com o sistema de saúde, estratégias jurídicas de reconhecimento, práticas excludentes ou inclusivas, e articulações com marcadores sociais da diferença (raça, classe, sexualidade, território).
- 4) Desfechos analíticos: barreiras identificadas, boas práticas, lacunas na literatura, contribuições para políticas públicas e direitos humanos.

Os critérios de aderência foram definidos como instrumento técnico de avaliação qualitativa dos estudos identificados na etapa de triagem inicial, a fim de garantir a coerência temática e a relevância analítica das referências incluídas no corpus final da revisão sistemática. Nesse sentido, os critérios foram organizados segundo níveis graduais de aderência, variando de forte a nenhuma, conforme a presença explícita dos eixos analíticos centrais no conteúdo dos artigos (Tabela 4). A classificação foi operacionalizada a partir da leitura integral dos textos, e registrada em planilha própria.

Tabela 4 – Critérios de aderência dos estudos selecionados

Nível de Aderência	Definição Técnica
Forte (3 pontos)	O estudo trata diretamente da parentalidade de pessoas trans/travestis. São incluídos estudos com abordagem empírica, teórica ou crítica que contemplem instituições (SUS, justiça, cartórios, escolas) e sujeitos trans em posição de mãe/pai/cuidador.
Média (2 pontos)	O estudo não foca diretamente em maternidade ou paternidade trans, mas aborda temas conexos como parentalidade LGBTQIA+, saúde reprodutiva trans, reconhecimento familiar em contextos jurídicos ou biomédicos.
Fraca (1 ponto)	O estudo menciona pessoas trans, mas sem tratar da parentalidade ou saúde reprodutiva. A presença do grupo populacional é periférica ao foco do estudo.
Nenhuma (0 pontos)	O estudo não apresenta qualquer relação direta ou indireta com a parentalidade, saúde reprodutiva ou direitos de pessoas trans.

Fonte: elaborado pelos autores.

No estudo abordado, os critérios de aderência têm por objetivo classificar o grau de

alinhamento conceitual e empírico de cada estudo com os objetivos específicos desta revisão, que envolvem:

1) Identificação de mecanismos de invisibilidade e práticas excludentes (lacunas normativas, barreiras institucionais e administrativas) que obstruem o acesso à parentalidade e aos direitos reprodutivos por essa população, bem como suas implicações sociais e subjetivas;

2) Discussão de políticas públicas, marcos legais, decisões judiciais, estatutos e dados normativos relacionados ao reconhecimento e ao exercício dos direitos reprodutivos e parentais;

3) Impactos da exclusão jurídica-institucional nas experiências de parentalidade de travestis e transexuais no Brasil.

RESULTADOS DA REVISÃO

A transexualidade se apresenta como um tema que vem sendo cada vez mais abordado no campo das Ciências Sociais e Humanas, apontando que a perspectiva biológica do corpo transexual não deve ser a única pauta na construção histórica da identidade de gênero, como propõe o discurso biomédico heteronormativo. Berenice Bento (2006) reconhece gênero não a partir da referência biológica que se tem da dicotomia binária pré-existente de masculino e feminino, mas sim a partir das performances que os sujeitos realizam no cotidiano para serem reconhecidos pelo gênero que se identificam. Nesse sentido, a transexualidade pode ser entendida como um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo, assim como afirma a autora.

A análise das produções científicas contempladas no recorte temporal de 2014-2024, que embasam o corpus desta revisão sistemática, revela um crescimento progressivo da produção científica voltada para a transexualidade, a parentalidade e os direitos reprodutivos de travestis e transexuais no Brasil, especialmente a partir de 2018 (Tabela 5). Observa-se que o crescente interesse nesses temas pode ser associado à ampliação do debate público sobre saúde integral da população trans e à tramitação do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero no Senado, cujo objetivo era promover a inclusão e criminalizar práticas de discriminação e intolerância.

Os estudos qualitativos contemplados no corpus desta pesquisa alinham-se ao objetivo de analisar as configurações, as definições e práticas, no âmbito jurídico e institucional brasileiro, que impactam o reconhecimento da parentalidade trans. Pretende-se contribuir, desta forma, na identificação das barreiras legais, normativas e organizacionais que produzem invisibilidade e exclusão no acesso aos direitos reprodutivos e parentais no Brasil, possibilitando perceber, a partir daí, quais efeitos dessas dinâmicas sobre os diversos aspectos existenciais das pessoas trans.

Tabela 5 – Pesquisas selecionadas para o estudo

Autores	Tipo de Estudo	População Estudada	Principais Achados	Aderência
Blas Radi (2020)	Ensaio teórico	População trans	Denúncia de práticas eugênicas e injustiças reprodutivas	Forte
de-Castro-Peraza <i>et al</i> (2019)	Revisão de literatura	Pessoas trans em contexto parental	Aspectos biopsicossociais e legais da parentalidade trans	Forte
Siqueira e Nunes (2018)	Estudo qualitativo	Pessoas transgênero	Omissão legislativa na acessibilidade aos direitos previdenciários de pessoas trans	Forte
Kukura (2022)	Ensaio teórico	Pessoas trans, não-binárias e de gênero expansivo	Necessidade de cuidado inclusivo no parto e gravidez	Forte
Angonese & Lago (2017)	Estudo teórico	Travestis e transexuais	Esterilidade simbólica e abjeção institucional	Forte
Yoshioka & Oliveira (2021)	Estudo teórico	Pessoas trans usuárias do SUS	Apagamento institucional nos serviços de saúde	Forte
Bane <i>et al</i> (2024)	Estudo longitudinal	População transmasculina	Rotas de parentalidade	Forte
Nascimento, Carvalho & Silva (2021)	Estudo teórico	População trans	Tensões entre direitos humanos, cisnormatividade e biopolítica	Forte
Angonese <i>et al</i> (2016)	Estudo qualitativo	Travestis e transexuais	Vivências de parentalidade trans e saúde reprodutiva	Forte
Veiga Júnior (2016)	Análise jurídica	Pessoas trans	Despatologização e reconhecimento jurídico da identidade de gênero	Forte
Angonese & Lago (2018)	Estudo qualitativo	Famílias trans	Experiências e desafios da parentalidade	Forte
Barbosa & Neto (2020)	Estudo jurídico	Pessoas trans em parentalidade	Transparentalidade e identidade de gênero	Forte
Mattelin <i>et al</i> (2022)	Revisão clínica	População trans	Preservação de fertilidade <i>in vitro</i> e barreiras institucionais	Forte

Baptista (2021)	Análise política e jurídica	População trans	Judicialização e ativismo pelos direitos trans	Forte
Stotzer <i>et al</i> (2014)	Revisão de escopo	População trans	Mulheres trans, adoção e reprodução assistida	Forte
Mascarenhas <i>et al</i> (2024)	Estudo qualitativo	Homens trans	Gestação em homens trans	Forte
Moseson <i>et al</i> (2020)	Análise empírica	Pessoas trans, não-binárias e de gênero expansivo	Experiências de pessoas trans com aborto	Média
Tasker <i>et al</i> (2020)	Estudo qualitativo	Homens trans	Identidade de gênero e projeções sobre parentalidade	Média
Allen <i>et al</i> (2025)	Revisão sistemática	Homens trans	Mapeamento de barreiras acerca da saúde sexual e reprodutiva	Média
Agénor <i>et al</i> (2021)	Revisão de escopo	População trans e de gênero diverso	Mapeamento da produção científica sobre saúde reprodutiva trans	Média
O'Connor <i>et al</i> (2022)	Análise jurídica	População trans*	Propostas para avanço de direitos sob a lei internacional	Média
Oliveira <i>et al</i> (2016)	Análise comparativa	Pessoas trans	Comparação entre legislação brasileira e argentina	Média
Marques Filho <i>et al</i> (2021)	Estudo teórico	Pessoas trans usuárias do SUS	Despatologização como garantia de direitos humanos	Média
Sterling <i>et al</i> (2020)	Revisão de literatura	Mulheres trans	Preservação de fertilidade antes da terapia hormonal	Fraca
Bayar <i>et al</i> (2023)	Estudo qualitativo	Mulheres trans	Interesse de mulheres trans a técnicas de reprodução assistida	Fraca
Gomes <i>et al</i> (2021)	Estudo qualitativo	Pessoas trans adotantes	Invisibilidade jurídica na adoção por pessoas trans	Fraca
CFP (2025)	Publicação técnica	Profissionais de psicologia	Diretrizes para atuação em direitos sexuais e reprodutivos	Fraca

Fonte: elaborado pelos autores.

Embora esta revisão utilize apenas literatura publicada, foram observados os princípios de respeito à dignidade humana e à produção acadêmica, incluindo a fiel citação das fontes, conforme as normas éticas da American Psychological Association (APA 7ª ed.) e do Comitê de Ética em Pesquisa do Conselho Federal de Psicologia.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise dos estudos, emergem cinco categorias centrais que permitem compreender de forma transversal a invisibilidade jurídica e institucional dos direitos à parentalidade de travestis e transexuais no Brasil:

- 1) Epistemicídio e Invisibilidade Epistêmica;
- 2) Corporeidades Trans e Paradigma Biomédico; 3) Desalinhamento entre Normas Jurídicas e Práticas Institucionais; 4) Parentalidade como Ato Político e Resistência; e 5) Formação Profissional e Silenciamento Institucional.

Discutiremos cada categoria e suas discussões centrais a seguir.

Epistemicídio e Invisibilidade Epistêmica

Embora os resultados evidenciam que vários estudos sobre a despatologização da transexualidade, bem como a regulamentação jurídica da diversidade de gênero e os direitos reprodutivos da população trans e travesti, tiveram uma ampliação nos últimos anos. Para embasar, por exemplo, é possível citar os estudos de Júnior (2016) e Baptista (2021) apontando os termos “Transexualismo, Travestismo bivalente e Transtorno de identidade sexual na infância” como discriminatórios e denunciando órgãos como a Classificação Nacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (III-IV) que até então tratavam a transexualidade como um distúrbio ou doença.

Um dado importante, nesse quadro, é a escassez de estudos sobre parentalidade trans, associada à predominância de abordagens biomédicas patologizantes, configura um processo de epistemicídio, no qual experiências dissidentes da cisgeneridade são silenciadas ou marginalizadas. A parentalidade trans aparece frequentemente como exceção, quando não é completamente ignorada, reforçando a invisibilidade epistemológica dessas vivências (Angonese, 2018; Gomes, 2021).

Estudos comparativos revelam que outros países, como Argentina e Estados Unidos, têm avançado em marcos legislativos e políticas públicas de reconhecimento dos direitos reprodutivos de pessoas trans, em contraste com a precarização e discriminação observadas no Brasil. Alguns autores, inclusive, perpassam pela compreensão histórica da conceitualização de gênero advinda das segunda e terceira ondas do Movimento Feminista (Agénar *et al*, 2021; Carlos, 2019; Kukura, 2022; Radi, 2020; Yoshioka; Oliveira, 2021;

Baptista, 2021), que tem, de certa forma, amparado a luta por direitos por estas populações.

Corporeidades Trans e Paradigma Biomédico

A medicina e os serviços de saúde reprodutiva permanecem ancorados na lógica cisnormativa, tratando corpos trans como “anomalias” ou “desvios”. Essa postura gera constrangimentos, recusas de atendimento e violência institucional (Júnior, 2016; Baptista, 2021; Yoshioka; Oliveira, 2021). O paradigma biomédico não apenas patologiza a transgeneridade, mas também sustenta práticas que legitimam sua exclusão do campo da parentalidade.

Barbosa e Neto (2020) e Filho *et al* (2021) explicam que alguns entraves advêm das normas cisheteronormativas que impõe um modelo binário-biológico, sugerindo, entre as possíveis soluções, a despatologização de gênero no Sistema Único de Saúde e a conquista de direitos pelas pessoas transexuais. Siqueira e Nunes (2018) compreendem esta mesma perspectiva quando criticam que, mesmo que os indivíduos transgêneros retifiquem socialmente seus nomes, ainda há uma exclusão dos processos previdenciários dessa população, visto a dissonância de tratamento ocasionada pela criação de direitos a partir da realização da cirurgia para mudança de sexo.

Yoshioka & Oliveira (2021) concordam com Angonese (2017;2018) quando apontam, em suas produções, um apagamento institucional das pessoas trans nos serviços de saúde, que se inicia desde os documentos das pacientes, pela falta de campo para informar sobre a transexualidade, além da provável recusa ao atendimento. Os estudos discutem sobre uma esterilidade simbólica de trans e travestis ocasionada pelo apagamento institucional dessas pessoas. Fora isso, mencionam também um despreparo na formação profissional dos atuantes nos serviços de saúde quanto a corpo biológico de mulheres transexuais, e o reconhecimento legal inadequado de travestis como pais, mesmo que podendo desempenhar papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres.

De forma mais aprofundada, as produções revisadas apontam que as perspectivas de parentalidade são muito diferentes para mulheres trans, homens trans e para travestis, visto que os estigmas sociais aparentam atravessar estas populações de forma diferente. Quando falamos da paternidade trans, por exemplo, encontramos depoimentos de homens trans que não tiveram seu gênero reconhecidos, sofreram discriminação dos serviços de saúde e foram

acometidos pelo desconhecimento clínico de profissionais. Além disso, apresentaram dificuldade e insegurança em realizar aborto seguro através de cirurgia, contracepção e cuidados pré-natais, assim como afirmam Mascarenhas *et al* (2024), Moreson *et al* (2021), Bane *et al* (2024), Tasker e Gato (2020) e Allen *et al* (2025).

Os estudos sobre maternidade trans, por outro lado, revelam que mulheres trans expressam forte desejo de constituir família, mas enfrentam obstáculos específicos no acesso à reprodução assistida. Mattelin *et al* (2022) e Sterling *et al* (2020) evidenciam que a fertilização *in vitro* é uma via possível, especialmente quando há preservação de gametas anterior ao início da hormonização. Contudo, os dados mostram baixa procura efetiva por esses serviços, resultado tanto do custo elevado quanto da falta de preparo de equipes médicas. Bayar *et al* (2023) reforçam essa disparidade, indicando que, embora muitas mulheres trans expressem intenções claras de maternidade, poucas conseguem concretizar esse desejo. Além disso, Stotzer *et al* (2014) demonstram que, em muitos casos, a adoção se apresenta como caminho alternativo, embora ainda permeado por barreiras legais e preconceitos institucionais.

Quanto às travestis, Angonese (2018) implica em seu estudo etnográfico que muitos serviços de saúde, políticas públicas, legislação e discursos culturais pressupõem que travestis não são sujeitos de parentalidade ou reprodução, o que resulta em uma invisibilidade jurídica. Em outro trabalho, a autora também revela que travestis percebem seus direitos reprodutivos quase sempre invisíveis ou não contemplados nos serviços de saúde; e que há muitos discursos “abertos” nos documentos públicos, mas que, na prática, o atendimento é falho (Angonese, 2016).

De forma conclusiva, observa-se que as experiências de paternidade e maternidade trans se diferenciam não apenas pelo gênero, mas também pelos caminhos e barreiras que cada população encontra. Homens trans lidam com a deslegitimação de sua identidade durante a gestação e com a dificuldade de acessar cuidados reprodutivos e abortivos seguros, enquanto mulheres trans e travestis enfrentam entraves para acessar tecnologias de reprodução assistida e, muitas vezes, são empurradas para vias alternativas como a adoção. Em ambos os casos, os estigmas sociais e a falta de preparo institucional configuram-se como barreiras centrais, marcando a parentalidade trans pela desigualdade de oportunidades e pelo enfrentamento constante ao preconceito.

Desalinhamento entre Normas Jurídicas e Práticas Institucionais

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a igualdade de direitos, a prática institucional revela contradições significativas. O reconhecimento do nome social e a retificação de registro civil não se traduzem em efetivo acesso a direitos reprodutivos e parentais. Mas, apesar disso, os serviços de saúde e os sistemas previdenciários mantêm barreiras estruturais que perpetuam exclusão e negação de direitos (Dias, 2021; Siqueira; Nunes, 2018).

No campo dos direitos em disputa, Yoshioka, Radi e Filho (2021; 2020; 2021) discutem sobre como os direitos humanos de transexuais, transgêneros e travestis vem sendo barrados juridicamente e apagados institucionalmente devido a estigmas e falta de políticas públicas que consigam legitimar a existência dessas pessoas como cidadãs dignas de serem aceitas socialmente, principalmente pelo Sistema de Saúde.

Margeando o campo jurídico, Dias (2021) denuncia como a legislação brasileira falha em assegurar os direitos reprodutivos e parentais de pessoas trans, frequentemente criminalizando suas práticas e negando-lhes acesso à saúde integral. Nesse sentido, Nascimento *et al.* (2020) questionam se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania de LGBT (2009), que busca refletir sobre o esforço do Governo e da Sociedade Civil na criação de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir de sua implementação, bem como do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia garante de fato a autonomia reprodutiva dessas populações.

Pessoas trans e travestis são vítimas constantes de violência institucional, e de uma legislação que não reconhece seus direitos e criminaliza seus atos (Dias, 2021). Alinhada a essa perspectiva, Angonese (2018) e Gomes (2021) discutem como as experiências da população de pessoas trans e travestis relacionadas à reprodução e à parentalidade se mostram predominantemente invisibilizadas, visto a extrema complexidade da parentalidade trans em desafiar as concepções tradicionais do modelo binário familiar.

Outros estudos (Yoshioka, 2021; Radi, 2020; O'Connor *et al.*, 2022) evidenciam que determinadas políticas públicas e marcos legais acabam por reforçar uma exclusão sistemática de pessoas trans e travestis, produzida pela negligência institucional, como a ausência de acesso adequado à saúde e à garantia plena de direitos. Tal contexto revela uma

lógica normativa que cria uma falsa escolha entre direitos fundamentais, obrigando essa população a renunciar a determinadas garantias em nome de outras. Os autores, portanto, afirmam que essa dinâmica se sustenta em um modelo jurídico e social fundado na cisheteronormatividade, no qual a heterossexualidade e o binarismo de gênero são tomados como padrões exclusivos de reconhecimento, reproduzindo, assim, desigualdades e invisibilidades legais.

Cabe, ainda, entender a dignidade da pessoa humana para além dos valores sociais e jurídicos previstos na Constituição Federal de 1988, entendendo que, acima de tudo, o indivíduo jamais deve ser separado de sua dignidade, devendo ser respeitados por parte do Estado e da sociedade (Siqueira & Nunes, 2018).

Parentalidade como Ato Político e Resistência

A parentalidade trans emerge como prática que transcende o âmbito privado e assume centralidade no debate político e social. Ao afirmarem o direito de gestar, adotar ou exercer funções parentais, travestis e transexuais confrontam a matriz cisheteronormativa que historicamente regula as possibilidades de parentesco. Essa reivindicação desloca o imaginário social sobre quem pode ser mãe e produz fissuras nos discursos dominantes sobre gênero, sexualidade e família.

Nesse sentido, além de evidenciar resistência, a parentalidade trans constitui um gesto performativo de afirmação identitária, que transforma experiências individuais em ações coletivas de luta por reconhecimento e cidadania plena. Logo, Angonese (2017; 2018) e Gomes (2021) concordam que a parentalidade não é apenas uma escolha íntima, mas uma prática política insurgente que denuncia exclusões estruturais e, ao mesmo tempo, abre espaço para novas formas de organização familiar, fundadas em afeto, solidariedade e pluralidade.

Formação Profissional e Silenciamento Institucional

A ausência de preparo técnico e ético nos currículos da saúde e do direito contribui para o silenciamento institucional. A falta de linguagem, protocolos e acolhimento adequados produz riscos à saúde física e psíquica da população trans. Essa lacuna evidencia que a invisibilidade não é apenas jurídica ou política, mas também pedagógica e profissional.

É válido citar que, mais recentemente, o material Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (CFP, 2025) foi publicado, com a premissa de contribuir para a elaboração de uma Rede de Atendimento e Proteção à Mulher em diversos âmbitos. Esse documento traz, também, um enfoque sobre as pessoas transexuais e transgêneras, para auxiliar nas práxis dos profissionais de Psicologia, desvinculando a atuação pautada nos modelos cisheteronormativos.

Dessa forma, a Psicologia e o Direito se encontram na confluência de conhecimentos e estudos relevantes acerca da identidade de gênero e nos direitos sexuais e reprodutivos legais de pessoas trans e travestis, a fim de entender os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e legais da parentalidade dessas populações (Peraza *et al*, 2019).

Em suma, é possível concluir que a parentalidade trans permanece como um campo negligenciado pela ciência, pelo direito e pelas políticas públicas, evidenciando diferentes dimensões de exclusão. O epistemicídio e a invisibilidade epistêmica revelam a persistente marginalização de experiências dissidentes da cisgeneridade, produzindo lacunas no conhecimento científico e reforçando a ausência de reconhecimento social.

Frente a um cenário de patologização do corpo trans, de práticas de exclusão e ancoragem de uma lógica cisheteronormativa no sistema legal e de saúde, a parentalidade trans emerge como ato político e de resistência, expandindo os horizontes de reconhecimento social e jurídico e desafiando as normas cisheteronormativas que estruturam a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura evidencia que a parentalidade de travestis e transexuais permanece marcada por uma invisibilidade jurídica e institucional que repercute diretamente no sofrimento psíquico dessas populações, devido a um cenário político-social orientado por práticas biomédicas, jurídicas e sociais pautadas na cisheteronormatividade.

Os estudos analisados apontam que o direito à parentalidade trans esbarra em barreiras estruturais: a patologização histórica da transexualidade, a exclusão em políticas públicas de saúde, a precarização do atendimento no SUS e a ausência de reconhecimento

legal da parentalidade de pessoas trans. Esse conjunto de fatores, somado à violência simbólica e material que atravessa suas existências, configura um campo fértil para a produção de sofrimento psíquico, reforçando desigualdades sociais e restringindo a cidadania plena.

Nesse campo de disputas, a Psicologia e o Direito emergem como áreas estratégicas para a desconstrução de modelos normativos excludentes, uma vez que oferecem instrumentos teóricos e práticos capazes de tensionar os limites impostos pela cisnormatividade e pelo binarismo de gênero. Nesse sentido, a integração entre saberes jurídicos e psicossociais é essencial para a criação de políticas públicas inclusivas, para a formação profissional não patologizante e para o fortalecimento da autonomia reprodutiva das pessoas trans.

Conclui-se que o reconhecimento da parentalidade trans não deve ser entendido como um direito secundário ou acessório, mas como um pilar fundamental da dignidade humana. Superar a invisibilidade institucional e jurídica implica combater as práticas de exclusão que ainda persistem nos sistemas de saúde, justiça e previdência, bem como promover uma cultura de respeito e inclusão que legitime os diferentes arranjos familiares. Dessa forma, garantir os direitos reprodutivos e de parentalidade de travestis e pessoas transexuais significa não apenas reparar uma dívida histórica, mas também afirmar um compromisso ético, social e jurídico com a diversidade e com a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- AGÉNOR, M.; MURCHISON, G. R.; NAJARRO, J.; GRIMSHAW, A.; COTTRILL, A. A.; JANIAK, E.; ...;
CHARLTON, B. M. Mapping the scientific literature on reproductive health among transgender and gender diverse people: a scoping review. **Sexual and Reproductive Health Matters**, v. 29, n. 1, p. 57-74, 2021.
- ALLEN, Connor Luke et al. Barriers to sexual and reproductive health care faced by transgender and gender diverse people: a systematic review. **Reproductive Health**, v. 22, n. 1, p. 115, 2025.
- ANGONESE, Mônica; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. Família e experiências de parentalidades trans. **Revista de Ciências Humanas**, v. 52, p. 1-18, 2018.
- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e**

Sociedade, v. 26, n. 1, p. 256-270, 2017.

ANGONESE, Mônica. **"Um pai trans, uma mãe trans": Direitos, saúde reprodutiva e parentalidade para a população de travestis e transexuais**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

BANE, Shalmali Sunil et al. Pathways to parenthood among transgender men and gender diverse people assigned female or intersex at birth in the United States: analysis of a Cross-Sectional 2019 Survey. **AJOG Global Reports**, v. 4, n. 3, p. 100381, 2024.

BAPTISTA, Vinicius Ferreira. Reconhecimento de direitos de pessoas trans: alternativas, políticas e ativismo teórico-judicial. **Revista de Direito Brasileira**, v. 28, n. 11, p. 131-163, 2021.

BARBOSA, Caroline Vargas; NETO, J. F. D. S. A desconstrução da heterocisnormatividade: o reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais para a "transparentalidade" ou "parentalidade trans". **Revista de Direito de Família e Sucessão**, v. 6, n. 1, p. 55-74, 2020.

BAYAR, Erna et al. Fertility preservation and realignment in transgender women. **Human Fertility**, v. 26, n. 3, p. 463-482, 2023.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO